



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça - Gabinete da Corregedoria-Geral da Justiça

RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA VIRTUAL

VARA DE PROTEÇÃO À MULHER DA COMARCA DE RIO BRANCO

JUÍZA DE DIREITO TITULAR SHIRLEI DE OLIVEIRA HAGE MENEZES

1. Apresentação

A Correição Ordinária, prevista no art. 40, §2º, da Lei Estadual nº 221/2010, tem como precípua finalidade reunir informações relevantes da unidade judicial, por meio eletrônico, relacionadas à condução administrativa dos processos judiciais, com vista a identificar possíveis irregularidades e orientar acerca das medidas a serem adotadas, como forma de conferir regularidade aos trâmites processuais.

Para tanto, expediu-se a Portaria n.º 02/2019, republicada no Diário da Justiça nº 6.285, pág. 102, de 31.01.2019, na qual destacou-se o período de 08 a 12 de julho de 2019 para a realização da Correição Geral Ordinária na Vara de Proteção à Mulher da Comarca de Rio Branco.

2. Desenvolvimento dos trabalhos

A captação das informações, relativas aos serviços forenses judiciais, foi realizada na forma eletrônica, utilizando-se do Sistema Processual SAJ/EST (informações em anexo).

A sistemática adotada para análise correcional consistiu na seleção de processos, contidos nas filas de trabalho do fluxo processual da Secretaria, há mais de 60 dias.

Também foram observados os processos conclusos por mais de 100 dias, bem ainda os mandados pendentes de cumprimento com prazo superior a 30 (trinta) dias e as petições com juntada pendente por mais de 15 dias.

Consignou-se, ainda, os processos em andamento sem movimentação há mais de 60 dias, orientação quanto às movimentações processuais e verificação se o número de servidores atende os ditames da Resolução nº 15, de 21 de novembro de 2014.

3. Conclusão

A correição, na forma eletrônica, ocorreu dentro do prazo previsto.

Após a análise dos relatórios correcionais, restou constatada a inexistência de processo concluso há mais de 100 (cem) dias.

Quanto aos processos alocados na Secretaria observou-se a existência de feitos paralisados em filas de trabalho, por período superior a 60 (sessenta) dias, carecendo de medidas de gestão que devem ser adotadas pela magistrada.

Destaque-se que as irregularidades apontadas têm o escopo de contribuir ao bom gerenciamento da unidade judicial garantindo, dessa forma, a regularidade no trâmite processual.

A intenção é que não ocorra a reincidência das impropriedades identificadas. Outrossim, as demais orientações necessárias serão repassadas após a correição presencial, sublinhando que os gestores das Unidades Judiciárias devem manter fiscalizações internas periódicas com vista ao alcance da grande missão do judiciário Acreano, que é a entrega de uma prestação jurisdicional célere, eficaz, que atenda aos anseios sociais.

Rio Branco, 08 de julho de 2019.

**Desembargador Júnior Alberto
Corregedor-Geral da Justiça**

Rio Branco-AC, 08 de julho de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador JÚNIOR ALBERTO Ribeiro, Corregedor(a)**, em 09/07/2019, às 10:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjac.jus.br/verifica> informando o código verificador **0621987** e o código CRC **EEF60A11**.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

**RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA
VARA DE PROTEÇÃO À MULHER
COMARCA DE RIO BRANCO**

Julho de 2019



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

CORREIÇÃO ORDINÁRIA VIRTUAL
VARA DE PROTEÇÃO À MULHER COMARCA DE RIO BRANCO
JUÍZA DE DIREITO TITULAR SHIRLEI DE OLIVEIRA HAGE MENEZES

INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE JUDICIÁRIA

Portaria:	02/2019
Período designado para correição:	08 a 12.07.2019
Processos em andamento:	2.760
Data do processo mais antigo:	13/03/2008 (0004267-33.2008.8.01.0001 – Situação: Em andamento)

Analisando o Relatório Gerencial da Vara de Proteção à Mulher da Comarca de Rio Branco, extraído do SAJ/EST, e consultando o SAJ/PG5, no dia 08 de julho de 2019, constatou-se o seguinte quadro situacional:

1. FLUXO DE TRABALHO

Processos nas respectivas filas por período superior a 60 (sessenta) dias.

1.1. Proteção à Mulher - Processos

a) Ag. Análise - Ação Incidental

Processo	Classe
0802084-75.2016.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0000063-91.2018.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0801586-47.2014.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário

b) Ag. Cumprimento de Carta Precatória

Processo	Classe
0001231-22.2018.8.01.0004	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0003601-46.2019.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0003838-80.2019.8.01.0001	Inquérito Policial
0800578-30.2017.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0801211-07.2018.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0801641-56.2018.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0802478-14.2018.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0800599-06.2017.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0801529-92.2015.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

c) Ag. Designação de Audiência Instrução/Julga.

Processo	Classe
0000042-39.2017.8.01.0070	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0000389-27.2013.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0000997-25.2013.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0001408-63.2016.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0002583-24.2018.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0003423-68.2017.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0012272-92.2018.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0012374-85.2016.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0800593-28.2019.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0800678-48.2018.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0800883-14.2017.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0801583-87.2017.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0801605-48.2017.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0801642-75.2017.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0802091-96.2018.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0802466-97.2018.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário

d) Ag. Devolução de Mandado

Processo	Classe
0000418-67.2019.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0000476-70.2019.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0000728-73.2019.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0001019-73.2019.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0001269-09.2019.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0001398-19.2016.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0002350-90.2019.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0002611-55.2019.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0002615-92.2019.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0003172-79.2019.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0003474-11.2019.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0003652-57.2019.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0003828-36.2019.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0004043-12.2019.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0007417-70.2018.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0008671-15.2017.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0011603-39.2018.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0011726-37.2018.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0012273-77.2018.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0012487-68.2018.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0013072-23.2018.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0013098-21.2018.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

Processo	Classe
0030702-39.2011.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0800209-65.2019.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0800321-34.2019.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0800918-71.2017.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0801214-93.2017.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0801849-79.2014.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0000373-63.2019.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0001851-09.2019.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0002150-83.2019.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0002152-53.2019.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0002153-38.2019.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0012452-11.2018.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0800035-95.2015.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0800094-83.2015.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0800774-97.2017.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0800926-19.2015.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0800952-51.2014.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0801101-47.2014.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0801340-46.2017.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0801627-09.2017.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0801850-64.2014.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário

e) Ag. Resposta de Ofício

Processo	Classe
0002267-74.2019.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0003056-73.2019.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0007560-30.2016.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0013033-31.2015.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0014650-21.2018.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0801999-89.2016.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0802390-44.2016.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0015054-09.2017.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário

f) Devolvido pelo Distribuidor

Processo	Classe
0000360-64.2019.8.01.0001	Inquérito Policial

g) Portal - Vista eletrônica

Processo	Classe
0002699-93.2019.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0002817-69.2019.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

Processo	Classe
0003319-08.2019.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0003475-93.2019.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0003476-78.2019.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0003479-33.2019.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0003598-91.2019.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0003601-46.2019.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0010801-41.2018.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0011499-47.2018.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0011678-70.2015.8.01.0070	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0012000-98.2018.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0014352-29.2018.8.01.0001	Inquérito Policial
0015411-10.2016.8.01.0070	Inquérito Policial
0800203-58.2019.8.01.0001	Inquérito Policial
0800893-87.2019.8.01.0001	Inquérito Policial

Recomendação:

Importante ressaltar que na hipótese de existir processos em filas que não correspondem à última movimentação nos autos, ainda que a fila de trabalho e movimentação processual sejam duas situações distintas, é necessário haver uma coesão visando um melhor gerenciamento dos autos. Assim, recomenda-se que as filas de trabalho estejam de acordo com a situação processual na forma mais alinhada possível.

Destarte, identificadas movimentações errôneas no SAJ, imprescindível efetuar as devidas correções, a fim de não embarçar e descaracterizar a situação real dos autos.

Em havendo processos na fila “Aguardando Designação de Audiência”, cuja data da audiência já fora destacada com a expedição e cumprimento do respectivo mandado judicial, recomenda-se que tais feitos sejam movidos para a fila “Aguardando Realização de Audiência”.

Quanto àqueles processos que aguardam a designação ou a realização de audiência para data longínqua, recomenda-se que a expedição e remessa do respectivo mandado à CEMAN ocorra com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, em observância ao Provimento COGER nº 16/2016, evitando-se, dessa forma, que os mandados sejam incluídos nos plantões judiciais, fato que onera o Poder Judiciário.

A Secretaria deverá, ainda, adotar providências tendentes ao impulso dos feitos paralisados nas respectivas filas há mais de 60 (sessenta) dias, devendo ser desconsiderado a cobrança relativa aos inquéritos policiais.

2. PROCESSOS CONCLUSOS POR MAIS DE 100 DIAS

Não existe processo concluso por mais de 100 dias.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

3. MANDADOS PENDENTES DE CUMPRIMENTO

Mandados pendentes de cumprimento +30 dias

Processo	Classe
0001019-73.2019.8.01.0001	Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
0004246-71.2019.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0030702-39.2011.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário
0801900-51.2018.8.01.0001	Ação Penal - Procedimento Ordinário

Recomendação:

Em observância ao art. 103, do Provimento nº 16/2016 (Código de Normas dos Serviços Judiciais), a unidade judicial deve adotar as providências no sentido de cobrar a devolução do mandado, junto à CEMAN, pendente de cumprimento, há mais de 30 (trinta) dias.

4. PETIÇÕES COM JUNTADA PENDENTE

Não existe petição com juntada pendente.

5. PROCESSOS EM ANDAMENTO SEM MOVIMENTAÇÃO

O mesmo Relatório Gerencial extraído do SAJ/EST, no dia 08 de julho de 2019, da Vara de Violência Doméstica da Comarca de Rio Branco, mostra a presença de 203 (duzentos e três) processos sem movimentação por mais de 60 dias (anexo). Desse total:

Mais de 60 dias: 172 (cento e setenta e dois) processos

Mais de 100 dias: 31 (trinta e um) processos

Recomendação:

Com a finalidade de conferir regularidade aos trâmites processuais recomenda-se a adoção com urgência de providências voltadas ao necessário e devido impulsionamento dos feitos.

6. DA PAUTA DE AUDIÊNCIAS

De acordo com o sistema processual a unidade apresenta 234 processos pautados, sendo que a audiência mais longínqua está designada para 30.08.2019 (anexo).

7. ALIMENTAÇÃO DE HISTÓRICO DA PARTE

Há que se frisar a importância da alimentação do campo destinado ao “histórico de parte”, posto que ausências de movimentações e/ou movimentações equivocadas, também, obstam a extração de relatórios com dados que expressem a real situação do acusado. Neste ponto, destaque-se que a mencionada alimentação deve ser efetivada ao tempo do evento e não apenas quando da formação do PEC, conforme consta no Manual de Procedimentos das Varas Criminais, aprovada pelo Provimento nº 03/2011.



8. DA FORMAÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO CRIMINAL (PEC)

Para a formação do Processo de Execução Criminal, é obrigatória a expedição da guia de recolhimento, encaminhando-se ofício ao Distribuidor, indicando os documentos e o número da página, conforme o art. 804, do Provimento COGER nº 16/2016.

Merece registro que, na atualidade, o sistema processual (SAJ) permite a extração de peças necessárias à formação do PEC pelo próprio distribuidor.

O Juízo de ação de conhecimento condenatória deverá, por ocasião de suas inspeções/correções, verificar junto aos processos-crime em fase de execução a regularidade das remessas das guias de recolhimento ou de internação.

O procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança, objeto da Resolução CNJ nº 113/2010, deve ser observado com estrito rigor, destacando-se a necessidade de que a guia de recolhimento contenha, também, informação sobre eventual detração modificativa do regime de cumprimento da pena, deferida pelo juízo do processo de conhecimento, nos lindes do art. 387, parágrafo 2º, do Código de Processo Penal, acrescentado pela Lei nº 12.736/2012.

9. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

Quanto à movimentação processual, destaque-se que com a implantação das Tabelas Processuais Unificadas (Resolução CNJ nº 46/CNJ, de 18/12/2007) ao Sistema de Automação da Justiça (SAJ), tornou-se obrigatória a observância da mencionada tabela, no lançamento das movimentações processuais de acordo com ato judicial, não devendo ser utilizada movimentações genéricas, de forma que o extrato processual reflita a real situação dos feitos.

Deste modo, com a finalidade de padronizar e uniformizar a terminologia das movimentações processuais, à vista do comando emitido pelo Conselho Nacional de Justiça (Resolução nº 46/2007), as tabelas processuais unificadas devem ser observadas tanto quanto aos atos do Juiz, como aos praticados pela secretaria da unidade judicial.

10. OBSERVÂNCIA DO ART. 71 DO ESTATUTO DO IDOSO.

Considerando a prioridade trazida pelo art. 71 do Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003), que assegura a "*prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância*", depreende-se que a deflagração de ações voltadas ao cumprimento da mencionada norma é relevante e impreterível.

Os processos em que figurem partes com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, e que por isso devem conter a tarja de identificação no sistema SAJ, devem tramitar



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

prioritariamente em todas as fases processuais, tanto no âmbito do gabinete do Magistrado, quanto no cumprimento das diligências pela secretaria.

11. RESOLUÇÃO Nº 121/2010 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Quanto a Resolução nº 121/2010, do Conselho Nacional de Justiça, que trata da divulgação de dados processuais eletrônicos na rede mundial de computadores, expedição de certidões judiciais e dá outras providências, merece destaque a extrema necessidade de se movimentar corretamente o “histórico das partes”, eis que a ausência de movimentações e/ou movimentações incorretas podem acarretar informações equivocadas nas certidões judiciais. A título de exemplo, podemos mencionar a seguinte situação: caso o andamento com trânsito em julgado de sentença condenatória não seja inserido no “histórico de partes”, ao se expedir certidão judicial esta constará como negativa, contrariando, assim, a real situação do apenado.

12. PRESOS PROVISÓRIOS (RESOLUÇÃO Nº 66/2009)

De acordo com o sistema processual (SAJ/PG) a unidade apresenta 16 (dezesesseis) processos nos quais constam presos provisórios (relatório anexo).

Há que se ressaltar a possibilidade de incongruências no referido relatório, tendo em vista que a falta de alimentação e/ou movimentação equivocada no histórico de partes podem ocasionar distorções nas informações extraídas do SAJ.

12. RECOMENDAÇÕES GERAIS

Ante essas considerações, no exercício do dever funcional de supervisionar os serviços forenses (art. 19, I, LC nº 221/2010) recomendo:

- a) que as impropriedades identificadas, durante o ato correcional, sejam sanadas, no prazo de 60 (sessenta) dias, ou na impossibilidade de cumprir algum item específico, que apresente justificativa, comunicando a esta Corregedoria todas as providências adotadas;
- b) que seja conferido ao jurisdicionado tratamento cortês, condizente com a postura que deve ser adotada por um servidor público (art. 166, da LC nº 39/1993 – Estatuto do Servidor Público do Estado do Acre);
- c) cumprimento estrito a todas as normas expedidas pela Corregedoria-Geral de Justiça, bem ainda aquelas emanadas do Conselho Nacional de Justiça, em especial no que se refere aos procedimentos adotados nos diversos segmentos da Secretaria do juízo;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

- d) a alimentação correta dos Sistemas do Conselho Nacional de Justiça, de competência dessa unidade judiciária, obedecendo os prazos estabelecidos;
- e) implementação de melhorias nos processos de trabalho realizados nessa unidade judicial, visando a otimização das práticas cartorárias.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

PRODUTIVIDADE DA UNIDADE (Junho e Julho)

Durante o período em que a Unidade foi correccionada virtualmente por esta Corregedoria Geral da Justiça, observou-se a seguinte produtividade:

Julgamento → 449

- Junho: 392

- Julho: 57

Decisão → 431

- Junho: 350

- Julho: 81

Despacho → 744

- Junho: 562

- Julho: 182

Audiências realizadas → 199

QUADRO DE SERVIDORES LOTADOS NA VARA DE PROTEÇÃO À MULHER (DIGITAL) DA COMARCA DE RIO BRANCO

A composição do quadro de servidores lotados na Vara de Proteção à Mulher (Digital) é a seguinte:

Nome	Cargo Efetivo	Quadro	Cargo Comissionado
Aderlany de Menezes Rezende Hassem		Provimento em Comissão	Diretor de Secretaria
Ana Paula Marques de Oliveira		Provimento em Comissão	Assessor de Juiz
Glenda Awstin Braga de Souza		Provimento em Comissão	Assessor de Juiz
Alynne do Nascimento Teixeira	Técnico Judiciário/ Auxiliar Judiciário	Efetivo	Função de Confiança – Assistente de Juiz
Dayse Mourão Araújo Ramalho	Analista Judiciário/ Assistente Jurídico	Efetivo	Função de Confiança – Assistente de Juiz
Grazielle Outramário Wutzke	Técnico Judiciário/ Auxiliar Judiciário	Efetivo	Função de Confiança – Assistente de Juiz
Anderson Martins Gomes	Analista Judiciário/Psicólogo	Efetivo	
Ane Kelly Feitosa Pereira	Analista Judiciário/Psicólogo	Efetivo	
Aurenir Pinheiro Sabala	Técnico Judiciário/ Auxiliar Judiciário	Efetivo	
Cibele Nunes Ferraz Schroeder	Analista Judiciário/ Assistente Jurídico	Efetivo	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

Cleudina Gomes Ribeiro	Analista Judiciário/Psicólogo	Efetivo	
Francisca de Oliveira Maia Batista	Técnico Judiciário/Auxiliar Judiciário	Efetivo	
Lissandra Ribeiro Barbosa	Técnico Judiciário/Auxiliar Judiciário	Efetivo	
Luana Silva de Albuquerque	Analista Judiciário/Assistente Social	Efetivo	
Marco Aurélio Torres Leal	Técnico Judiciário/Auxiliar Judiciário	Efetivo	
* <u>Melina Medeiros de Miranda</u>	Analista Judiciário/Psicólogo	Efetivo	
Raquel Campos Pinheiro Moraes	Técnico Judiciário	Efetivo	
Sávio Adriano Pacífico da Silva	Técnico Judiciário/Auxiliar Judiciário	Efetivo	
Sionete de Sousa da Silva	Analista Judiciário/Assistente Social	Efetivo	
Maria Samara de Oliveira Monteiro		Estagiário	

MELINA MEDEIROS DE MIRANDA – Licença para acompanhar cônjuge, por tempo indeterminado, retroativo à 11/10/2016 – P-0007328-21.2016.8.01.0000.

Dotação de pessoal nos termos da Resolução nº 15, de 21 de novembro de 2014:

Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher		
Unidade Organizacional	Quantitativo de cargos comissionados, funções de confiança e efetivos	
Gabinete de Juiz	1(um)...Assessor de Juiz (CJ5) 3(três)...Assistentes de Juiz (FC3) – preferencialmente analistas judiciários - área judiciária (Direito)	
Secretaria de Vara	1(um)...Diretor de Secretaria (CJ5) 11(onze)..Servidores efetivos (preferencialmente nove técnicos judiciários e dois analistas judiciários – área judiciária) 4(quatro)Estagiários (preferencialmente em Direito)	
Serviço Social e Psicologia	3(três)...Analistas Judiciários - área técnico-administrativa (Psicologia) 3(três)...Analistas Judiciários - área técnico-administrativa (Serviço Social) 2(dois)..Estagiários (preferencialmente em psicologia ou serviço social)	
TABELA COMPARATIVA		
Especificação	Resolução Nº 15/2014	Lotação atual
Assessor de Juiz	1	2
Assistentes de Juiz	3	3
Diretor de Secretaria	1	1
Servidores efetivos	11	7
Analistas Judiciários - área técnico-administrativa (Psicologia)	3	4 (01 psicóloga de licença por afastamento de cônjuge)
Analistas Judiciários - área técnico-administrativa (Serviço Social)	3	2
Estagiários	6	1

O quadro de servidores da Vara de Proteção à Mulher (Digital) da Comarca de Rio Branco não atende à Resolução nº 15/2014. Conforme aponta a tabela comparativa há o *déficit* de 04



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Corregedoria Geral da Justiça

servidores efetivos, 01 Analista Judiciário - área técnico-administrativa (Serviço Social) e 05 estagiários.

Observa-se a existência de 01 assessor de juiz além do previsto na Resolução.

Rio Branco, 08 de julho de 2019.

Desembargador Júnior Alberto
Corregedor-Geral da Justiça